

14 SET 1992

O pêndulo do liberalismo

RICARDO LINS DE BARROS *

Diferentemente de nações mais desenvolvidas, o Brasil tem se caracterizado nos últimos anos por movimentos pendulares bastante pronunciados, deslocando-se, no plano das idéias, de um extremo para outro sem se deter no centro. Nos países mais avançados, a diferença entre um governo republicano ou democrata, trabalhista ou conservador, não afeta tão sensivelmente a vida dos cidadãos e das empresas. Basta-nos verificar que em 1988 promulgávamos uma Constituição nacionalista, onde procurava-se diferenciar empresa nacional de empresa nacional de capital estrangeiro, uma Constituição intervencionista, onde se fixava o valor dos juros e onde se configurava a intervenção do Estado em atividades produtivas. Menos de dois anos após, era eleito o presidente Fernando Collor com um discurso privatista, de abertura econômica e redução do tamanho do Estado. Isto mostra como nossos constituintes interpretaram mal o desejo dos eleitores ou como esses eleitores mudaram de desejo tão rapidamente.

Esta introdução é apenas para demonstrar que, mesmo nas crises mais sérias, nosso país é sensível aos modismos e aos extremos. Hoje estamos aplicando uma política de competitividade e

de abertura às importações com redução de direitos alfandegários, coisas intrinsecamente boas e desejáveis que, entretanto, não acontecem de uma hora para outra e por decreto. Ao consumidor é sempre conveniente que possa alcançar o produto importado (que o digam os milhares de turistas brasileiros que vão fazer compras em Miami com a desculpa de levar seus filhos à Disneyworld). Ao produtor interessa proteger o seu mercado, pelo menos por um tempo necessário à sua adaptação à concorrência externa. Como equilibrar esses desejos opostos, se o movimento pendular oscila da reserva de mercado para o liberalismo do *laissez-faire, laisser passer*? A cultura popular já consagrou que a virtude geralmente se encontra no meio.

Aos empresários que exultam com a tendência atual da abertura total, lembro os tempos triunfais do plano cruzado, dos juros negativos, e do resultado que tivemos por acreditar que poderíamos por decreto rearrumar nossa economia. A transição para a competitividade é árdua e longa e, em alguns casos, até impossível; questões de natureza fiscal devem ser solucionadas antes da exposição do parque fabril nacional aos correntes externos em tempos de crise. Todos sabemos que o comércio internacional é feito com preços de *dumping* nas épocas de recessão e com preços altos do *spot* quando o mercado está aquecido.

JORNAL DO BRASIL

Vivemos tempos de recessão sem uma legislação antidumping ou de mecanismos compensatórios ágeis e eficientes, presa fácil para os concorrentes externos afogados em excesso de estoques. Os juros que movem nossos custos são 10 a 12 vezes superiores àqueles dos países industrializados, nossos impostos são o dobro, nossos investimentos foram mais caros pela lei da similaridade, enfim, um número enorme de disparidades a serem corrigidas junto com o programa de produtividade.

Recentemente verificamos que o Nafta — North America Free Trade Act — entre México, Estados Unidos e Canadá concede um prazo de 15 anos para os ajustes tarifários, enquanto que nós prevemos quatro anos como satisfatórios e mesmo assim ainda estamos antecipando os prazos.

Temo que o movimento pendular retorne ao outro extremo graças a pressões que se farão sentir pela impossibilidade de se cumprirem metas tão ambiciosas, e em meio à recessão, ao desemprego, à crise social, não faltará aigozes que porão a perder um programa correto em essência e por demais ambicioso quanto aos seus prazos. Aí então, na contramão do verdadeiro mundo moderno, só nos restará chorar pelo leite derramado.